



Ponte D Lima

PROGRAMA DE CONCURSO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Aquisição de serviços para Edições Extra – 7 edições agrafadas em papel melhorado e realização e impressão de encartes e suplementos noticiosos em jornal



1. Identificação do procedimento

Concurso Público n.º 1/2025

2. Objeto do Procedimento

Aquisição de serviços para edições extra – 7 edições agrafadas em papel melhorado e realização e impressão de encartes e suplementos noticiosos em jornal

3. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante, Município de Ponte de Lima, sito no Largo do Município, Praça da República – 4990-062 Ponte de Lima, pessoa coletiva n.º 506 811 913, endereço eletrónico aprovisionamento@cm-pontedelima.pt e plataforma eletrónica de contratação pública com o endereço www.acingov.pt

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente da Câmara, no uso das suas competências, nos termos do artigo 18º, n.º 1, al. a) do DL n.º 197/99, de 8 de junho.

5. Órgão competente para prestar os esclarecimentos

O órgão competente para prestar os esclarecimentos é o Júri.

6. Fundamentação da escolha do procedimento

A escolha do Concurso Público seguiu o critério do valor definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), republicado no anexo III do DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

7. Procedimento

1. O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública Acin Gov com o seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento bem como apresentar a proposta.
3. A proposta e respetiva documentação deverão ser assinadas com um certificado qualificado, o qual deverá ser adquirido atempadamente junto de entidade certificada nos termos da legislação em vigor.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 o Programa do Concurso e o Caderno de Encargos, estão disponíveis na Secção de Aprovisionamento da Divisão Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Ponte de Lima para consulta dos interessados, durante o horário de expediente (9horas às 12h30m e das 14horas às 17h30m), desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

8. Esclarecimentos, retificações e alterações das peças procedimentais

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como lista que identifique, expresse e inequivocamente, os erros e omissões detetados, nos termos do n.º 2 do artigo 50º do CCP, devem



ser solicitados pelos interessados, através da plataforma eletrónica de contratação **acingov.pt**, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, à entidade adjudicante.

2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo júri do procedimento ou pelo órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica de contratação **acingov.pt** até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. No prazo definido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e omissões, bem como proceder às retificações sobre as peças procedimentais.
4. Dos esclarecimentos prestados, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos demais interessados e publicitada na plataforma eletrónica **acingov.pt** de acordo com o artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Quando as retificações ou os esclarecimentos a que se referem os números anteriores sejam disponibilizados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por decisão do órgão competente para a decisão de contratar, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

9. Preço base

O valor máximo que a entidade aceita pagar é de 70.000,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor

10. Documentos que constituem a proposta

A proposta será instruída com os seguintes documentos, nos termos do artigo 57º do CCP:

- a) A proposta deve ser acompanhada da declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, conforme modelo constante do **Anexo I** ao presente Programa de Concurso;
- b) Documento com o preço total e preços unitários, que não devem incluir o IVA;
- c) Deve mencionar expressamente que ao preço acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele preço;
- d) Certidão permanente do registo comercial.

12. Idioma dos documentos da proposta

Todos os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58º do CCP.

13. Prazo para apresentação da proposta

A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem deverão ser entregues até às 23:59:59 horas do 6º dia a contar da publicação do anúncio ao presente concurso no Diário da República.

14. Meio electrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas

Através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante **www.acingov.pt**, aplicando-se o previsto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



15. Proposta(s) variante(s)

Não são admitidas propostas variantes, nos termos do disposto do n.º 2, do artigo 59º do CCP.

16. Prazo de validade da proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

17. Critério de adjudicação

O critério de adjudicação será a proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade-Multifator nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual, atendendo aos fatores de avaliação e ponderação a seguir indicados:

1. Preço

2. Valia técnica da Proposta:

- Edição agrafada e aparado;
- Papel melhorada de 52gr,
- Trabalhos similares anteriores;
- Capacidade técnica para execução dos serviços contratados: meios humanos e técnicos para a cobertura jornalística dos eventos do Município, sendo o trabalho executado por jornalistas profissionais, com carteira profissional, com garantia de acompanhamento de temas de interesse municipal e conhecimento do território;
- Capacidade para encartar 3000 exemplares num meio de comunicação no concelho de Ponte de Lima, com a capacidade para distribuição e venda maioritária no distrito.
- Flexibilidade de comunicação no que respeita a adaptação ou alterações sugeridas pelo proponente às propostas apresentadas

Ao fator 1, será atribuído o fator de ponderação de 60% e ao fator 2 será atribuído 40%.

A pontuação final da proposta será obtida através da seguinte fórmula matemática:

$$Pf = 0,60 \times P_{\text{preço}} + 0,40 \times P_{\text{valia técnica}}$$

Em que:

Pf = pontuação final

Ppreço = pontuação parcial atribuída ao fator preço

Pvalia técnica = pontuação parcial atribuída ao fator valia técnica da proposta

A – Pontuação atribuída ao fator “Preço” (Ppreço). A pontuação deste fator resulta da aplicação da seguinte expressão matemática, com uma aproximação de duas casas decimais:



Ponte de Lima

(100-50*proposta do concorrente)

preço base

Em que: $P =$ _____, com valores entre 10 a 20.

5

Resulta desta expressão matemática um valor entre 10 e 20.

- Proposta com preço superior ao Preço base é excluída nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70º do CCP

B – Pontuação atribuída ao fator “Valia técnica” (Pvalia técnica). A classificação atribuída ao fator valia técnica da proposta será efetuada de 1 a 20 pontos e de acordo com os seguintes itens:

Pontuação	Ponderação
4	Trabalhos similares anteriores
8	Capacidade técnica para execução de encartar quaisquer exemplares em meio de comunicação social do concelho
12	Deter dois profissionais com carteira profissional
16	Deter três profissionais com carteira profissional, com garantia que efetue uma cobertura jornalística com qualidade
20	Deter três ou mais profissionais com carteira profissional, com garantia de acompanhamento de diversos temas de interesse municipal e conhecimento do território;

18. Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação, conforme disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 115º do CCP.

19. Caução

Não é exigível caução nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP.

20. Documentos de habilitação

O adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, os seguintes documentos de habilitação:

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Programa de Concurso.
2. Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea b), d) e) e h) do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente:



Ponte de Lima

- a) No caso de pessoa singular o respetivo registo criminal; no caso de pessoa coletiva registos criminais dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e da adjudicatária;
 - b) Declaração de não dívida à Segurança Social;
 - c) Declaração de não dívida à Autoridade Tributária;
- 1 Cópia da certidão permanente de registo comercial ou código de acesso à mesma;

Como complemento aos documentos de habilitação deverão ainda apresentar:

- a) Documento de identificação do adjudicatário, caso se trate de uma pessoa singular ou documentos de identificação dos representantes legais da adjudicatária, caso se trate de uma pessoa coletiva. Nas situações em que o/a adjudicatário(a) for representado(a) por procurador, juntar a competente procuração.

Alerta-se que, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 5.º da Lei 7/2007, de 5 de fevereiro, é interdita a reprodução do cartão de cidadão em fotocópia ou qualquer outro meio, sem consentimento do titular. Em caso de disponibilização do mesmo, considera-se um ato devidamente informado e consentido.

21. Prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação, bem como o prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detectadas nos documentos apresentados que possam levar a caducidade da adjudicação

- 1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
- 2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º, devem ocorrer no prazo de 2 dias.
- 3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente ao facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do nº 2 do artigo 86º do CCP.

22. Despesas e encargos para a celebração do contrato

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

23. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP, republicado no anexo III do DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e restante legislação aplicável.

Ponte de Lima, 9 de dezembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal



Vasco Ferraz, Eng.º



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) ...
- b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.



Ponte de Lima

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 -O Declarante junta em anexo [(ou indica.....como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada(4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.